

24 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Réus apresentam versão

## sobre oficina de Abi

Suspeitos de participar de fraude na contratação de empresa pelo governo do Estado se contradizem durante interrogatório à Justiça

*Luiz Abi: "Eu não precisava disso.  
Eu tenho duas indústrias,  
que vão muito bem"*

Loriane Comeli  
Reportagem Local

**R**éus da Operação Volde-mort, interrogados ontem à tarde pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nannuncio, apresentaram uma versão para tentar refutar a acusação do Ministério Público (MP) de que o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), seria o líder de uma organização criminosa que fraudou a contratação de sua empresa, a oficina mecânica Providence, de Cambé, registrada em nome de um "laranja", o mecânico Ismar Ieger. A Providence fechou contrato emergencial por seis meses com o estado, ao custo de R\$ 1,5 milhão, para a manutenção de viaturas e ambulâncias, por exemplo.

A tese dos acusados, que tratam a denúncia do MP como "fantasiosa" e "absurda", é que Abi e Roberto Tsuneda, sócio de Abi na empresa KLM, alugaram o barracão onde estava localizada a Providence e faziam sim aportes ao mecânico, mas, eram empréstimos

que seriam restituídos. Abi e KLM teriam sido investidores da oficina. Porém, os réus se contradisseram, especialmente Abi e Ieger.

Ieger, o primeiro a ser ouvido – seu interrogatório demorou mais de duas horas – garantiu que era o verdadeiro dono da Providence, que a montou com dinheiro próprio (cerca de R\$ 50 mil), proveniente de acerto de trabalhos anteriores, mas não soube dizer se foi Abi quem o procurou para oferecer o barracão ou se foi ele próprio a ligar para o empresário. Acredita que foi um oficial da Polícia Militar quem o indicou para Abi. Relatou que após alguns meses de trabalho, começou – devido a sua má administração – a ter dificuldades financeiras para manter o negócio. Resolveu pedir ajuda financeira a Abi. Solicitou que ele lhe comprasse equipamentos necessários aos consertos, incluindo elevadores de automóveis.

Já Abi, em depoimento de menos de uma hora, assegurou que ainda na fase de cria-

ção da oficina fez aportes: pagou pela reforma do prédio e resolveu os elevadores e outros equipamentos, que teriam sido disponibilizados à Providence por meio de locação. O motivo: Ieger não tinha capital suficiente para montar a oficina e era "um bom mecânico".

Para justificar outros pagamentos de dívidas da Providence pagas pela KLM ou Abi, os réus disseram que se tratava de empréstimos que posteriormente seriam quitados por Ieger; que não ajudá-lo financeiramente poderia implicar o protesto de títulos e a suspensão das atividades. Assim, ficaria mais difícil receber as parcelas mensais de aluguéis.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA 24 NOV 2015

## CONTINUAÇÃO

Várias vezes, em seu depoimento, Abi tratou a tese do MP como absurda. Um dos argumentos do empresário é que o lucro a ser auferido com a fraude seria pouco. Afirmou ter feito as contas: supondo-se que o grupo conseguisse ficar com 20% do contrato com o Estado (R\$ 1,5 milhão) e dividindo-se o montante entre os sete réus, dará para cada uma “usufruir R\$ 30 mil. Em seis meses, é cinco mil por mês”, comentou. “Eu não precisava disso. Eu tenho duas indústrias, que vão muito bem.”

O advogado José Carlos Lucca, acusado de ter prestado auxílio jurídico às fraudes, considerou a denúncia “fantasiosa”. Advogado de Abi desde 2008, afirmou que atuou apenas profissionalmente. Outro que negou envolvimento foi o policial militar Ricardo Baptista. À imprensa, afirmou que na Polícia Militar, a sindicância contra ele foi arquivada. O último a depor, já no início da noite, foi Tsuneda, que também negou os crimes de organização criminosa, fraude à licitação e falsidade ideológica. “Sou inocente neste enredo escrito pelo Ministério Público.”

“Há, de fato, diversas contradições nos depoimentos dos réus, mas isso será analisado caso a caso”, comentou a promotora Leila Schimiti.

### PRISÕES

Ieger, que em alguns momentos expressou sarcasmo, ficou bastante nervoso a ser confrontado com os diálogos provenientes de escutas telefônicas que revelam relação de subordinação a Abi. Ao relatar o momento de sua prisão, em 16 de março, quando

outros réus da Voldemort foram presos, quase chorou. “Eu não sou bandido”. Disse que foi “torturado psicologicamente” por policiais do Gaeco, que o teriam pressionado para que confirmasse que a oficina era de Abi e que teriam praticado excessos, como o fato de o terem segurado pela camisa e revirado coisas do quarto de sua filha bebê. Também afirmou que já estava condenado pela mídia.

O advogado de Ieger, Mauro Martins, pediu que a ata da audiência de ontem fosse levada às corregedorias das polícias civil e militar para apurar o suposto comportamento ilegal dos agentes. “Queremos que isso seja investigado”.

Sobre os supostos excessos, Leila disse que “todas as instituições são fiscalizadas no âmbito interno” e “se houver qualquer tipo de reclamação” o advogado deverá fazê-la formalmente.

O momento de emoção de Abi se deu ao responder sobre a participação de seu sócio, Roberto Tsuneda, ao final do depoimento. Chorando, afirmou que “esse cara é um santo... mas foi tratado como um bandido. Só eu deveria ter sido preso”.

### NULIDADE

Alguns advogados avaliam pedir a nulidade da audiência de ontem. Acreditam que seus clientes foram prejudicados porque foram interrogados antes de suas testemunhas terem sido ouvidas em outras comarcas.

As audiências do processo da Voldemort começaram na quarta-feira: 18 testemunhas de defesa e acusação foram ouvidas até sexta. Há dezenas de testemunhas que moram em outras cidades que serão ouvidas em suas comarcas. Os outros dois réus do processo – empresário Paulo Midauar e Ernani Delicato (ex-diretor do Departamento de Transporte Oficial do Estado, onde a dispensa de licitação foi feita) serão ouvidos em novembro e dezembro em suas comarcas (Bandeirantes e Curitiba).

24 NOV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

# FOLHA

# Cidadania

Folha de Londrina, terça-feira, 24 de novembro de 2015

## MP denuncia 21 auditores em nova ação da Publicano

O Ministério Público (MP) denunciou, na semana passada, 21 auditores fiscais, duas empresas de um grupo do ramo cafeeiro, seu representante legal, e um particular que teria agido em conluio com auditores. Essa é a quarta ação por improbidade administrativa relativa às investigações de um esquema criminoso na Receita Estadual de Londrina, desbaratado pela Operação Publicano.

Conforme o MP, a organização criminosa era chefiada por auditores fiscais da Receita Estadual de Londrina e da alta cúpula do órgão, em Curitiba, e tinha como líder político Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), que não é requerido nesta ação. Protocolada pelos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público,



*Esses valores incluem o pedido de dano moral coletivo feito pelo MP, 21 vezes o valor da propina*

*Por causa disso, o grupo foi multado em valor insignificante*

a ação teve a liminar de **bloqueio de bens** parcialmente deferida pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves.

Em 95 páginas, os promotores Renato de Lima Castro, Leila Schimiti e Jorge Barreto relatam que o grupo cafeeiro foi alvo de seis pedidos de propina entre 2007 e 2013. Em uma das ocasiões, os auditores, liderados pelo então dele-

gado-chefe da Receita de Londrina, Márcio de Albuquerque Lima, fizeram exigência de R\$ 500 mil, proposta que foi recusada, assim como em outras quatro situações. A cada recusa de pagamento, a empresa era multada. Porém, entre novembro e dezembro de 2013, o empresário cedeu e entregou **R\$ 150 mil** (R\$ 170 mil corrigidos) em propina a um dos auditores.

24 NOV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Petista será ouvido sobre fim de prisão domiciliar

Márcio Falcão

Folhapress

**Brasília** - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou que o ex-ministro José Dirceu seja ouvido pela Justiça do Paraná sobre o pedido da Procuradoria-Geral da República para que perca o direito a prisão domiciliar referente a sua condenação pelo mensalão, e passe a cumprir pena em regime fechado. Dirceu está preso preventivamente no Paraná desde agosto por causa de crimes no esquema de corrupção da Petrobras. Barroso pede que o depoimento ocorra com urgência. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo a revogação da prisão domiciliar do ex-ministro sob o argumento de que há indícios de que o petista continuou a cometer crimes após sua condenação no mensalão, desta vez, no esquema de corrupção da Petrobras. Para a Procuradoria, os atos criminosos apontados nos desvios da estatal teriam ocorrido durante regime semiaberto no mensalão. Segundo o procurador-geral da República, a Justiça do Paraná, responsável pela Operação Lava Jato, indicou que Dirceu cometeu crimes de organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pelo menos, até 23 de dezembro de 2014. Dirceu cumpria prisão domiciliar desde novembro de

2014. Ele foi condenado no mensalão a pena de 7 anos e 11 meses. Em agosto deste ano, foi preso na Operação Lava Jato.

Para Janot, há “prova contundente e abundante da prática criminosa”, já que a denúncia foi aceita pela 13ª Vara Federal de Curitiba, e Dirceu virou réu na ação penal. “Os crimes praticados pelo menos até a data de dezembro de 2014, portanto, em momento posterior ao trânsito em julgado do acórdão condenatório na ação penal 470 [mensalão] e mesmo à progressão para o regime aberto”, disse o procurador-geral. “Com isso, a execução da pena privativa de liberdade do sentenciado tornou-se sujeita à forma regressiva com a transferência para regime mais gravoso”, disse.

No julgamento do mensalão, Dirceu foi apontado como um dos integrantes do núcleo político que atuou nos desvios de recursos públicos para a compra de apoio político no Congresso durante o início do governo Lula. Na ação penal da Lava Jato, Dirceu é acusado de receber propina de empreiteiras com contratos na estatal por meio de sua empresa de consultoria. Os serviços de consultoria, diz o Ministério Público, nunca foram prestados. A defesa do petista nega os crimes e sustenta que ele é acusado apenas em delação premiada, que não pode servir de prova para condenação.

24 NOV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Justiça bloqueia bens de vereadores**

Atendendo pedido liminar do Ministério Público (MP), a Vara Cível de Ibiporã determinou a indisponibilidade dos bens dos nove vereadores da Câmara Municipal de Jataizinho (Região Metropolitana de Londrina). Segundo investigações, eles teriam recebido dos cofres públicos valores referentes a várias sessões legislativas nas quais não estariam presentes, nem justificaram as faltas. “Na sessão realizada na Câmara em 10 de junho de 2013, por exemplo, nenhum dos vereadores compareceu ao ato ou justificou ausência, mas as faltas não foram descontadas de seus subsídios”, diz o MP.

#### **Vereadores recorrem**

O presidente da Câmara de Jataizinho, Adilson Gonçalves, afirmou que ainda não foi notificado, “mas alguns vereadores já foram citados sobre o bloqueio e estão recorrendo”. “Não houve irregularidades”, disse ele.

24 NOV 2015

Paraná Portal

**RUY BARROZORUY BARROZO**



Publicado 23 de novembro de 2015 às  
18h06

## **Eleito novo dirigente do Tribunal Regional Eleitoral**

O Tribunal Pleno elegeu na data de hoje, 23, o desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira para exercer no ano de 2016 o cargo de vice-presidente e Corregedor e no 2017 o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Ele assumirá a vaga que será deixada pelo desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, que será em 2016 o novo Presidente do TRE em substituição ao desembargador Jucimar Novochadlo, que se despede daquela Corte.

24 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Mendes defende auditoria em voto eletrônico

Ministro do STF quer que Tribunal Superior Eleitoral seja mais transparente e evite que surjam 'lendas urbanas'

**Mendes ainda elogiou abertura de processo contra campanha de Dilma, que pode cassar a presidente e seu vice**

BRUNO FÁVERO  
DE SÃO PAULO

Uma semana depois que o Congresso decidiu que urnas eletrônicas devem imprimir um comprovante dos votos nas eleições, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes afirmou nesta segunda-feira (23) que tem confiança no sistema de votação eletrônico em uso no Brasil e não acredita que houve fraude nas eleições presidenciais de 2014, como alegam grupos que defendem o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Mendes, porém, discordou do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Dias Toffoli — o qual afirmou que a volta do voto impresso é “um retrocesso” — e defendeu que o TSE deve investir em auditorias que afastem dúvidas do público sobre a lisura das eleições.

“Não vejo nem com bons nem com maus olhos [a volta do voto impresso], mas não acho que o voto eletrônico seja causa dos problemas. O que precisamos é aumentar as verificações paralelas [auditoria das urnas] e torná-las transparentes para que o usuário saiba que não há a possibilidade de manipulação”, afirmou.

Segundo Mendes, apesar de não reduzir a possibilidade de fraude nas eleições, a

ideia do voto impresso ganhou força porque há uma desconfiança por parte do público e dos políticos no sistema eleitoral, e o TSE deve ser mais transparente para que essa dúvida seja eliminada.

A volta do voto impresso faz parte da minirreforma eleitoral aprovada no Congresso e havia sido vetada pela presidente Dilma Rousseff, sob alegação de que era inconstitucional. Na última semana, porém, o Congresso derrubou o veto.

Segundo o ministro Dias Toffoli, a implementação do mecanismo vai gerar um custo adicional de R\$ 1,8 bilhão ao processo eleitoral.

De acordo com Toffoli não há tempo hábil para implementar a medida nas eleições de 2016. O procedimento, então, deve ser adotado nas eleições gerais de 2018.

Para Gilmar Mendes, o TSE, do qual é vice-presidente, contribuiu para o que chamou de “lendas urbanas”

de que as urnas eletrônicas favorecem fraudes ao atrasar a divulgação da apuração das votações em razão do diferente fuso horário no Estado do Acre.

“Eu já disse isso, mas nós falhamos, especialmente no segundo turno, quando deixamos que a apuração não fosse pública”, analisou.

## ABUSO DE PODER

Apesar de não acreditar em fraude eleitoral, Mendes disse que as eleições presidenciais de 2014 ficaram marcadas pelo uso indevido da máquina pública e pelo abuso

de poder do governo de Dilma Rousseff, que, segundo ele, usou eventos oficiais para fazer campanha.

“Não tivemos uma eleição em que se usou tanto o poder público quanto a de 2014. Dilma discursava no Dia da Mulher, no Dia do Futebol, em tudo. E o discurso era preparado por marqueteiros”, criticou o ministro.

Nesse sentido, Mendes disse que é positivo o processo que tramita no TSE para investigar as contas de campanha da petista e de seu vice Michel Temer (PMDB-SP). O julgamento pode culminar na cassação da chapa de ambos.

“A Justiça agia com certa assimetria. Éramos corajosos para cassar um prefeito de Roraima ou de Rondônia, mas muito cuidadosos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Não achávamos que poderíamos investigar uma campanha presidencial.

24 NOV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Para Moro, Lava Jato é como 'voz no deserto' contra a corrupção

Juiz diz estar decepcionado com a falta de iniciativa de governo e Congresso após escândalo

**Ele proferiu palestra em São Paulo, na qual elogiou propostas de associação de juízes e do Ministério Público**

FLÁVIO FERREIRA  
DE SÃO PAULO

Para o juiz federal Sergio Moro, a Operação Lava Jato, que investiga um esquema de corrupção na Petrobras, parece "uma voz pregando no deserto" em relação ao combate à corrupção no país.

Ele disse ainda estar decepcionado com o governo e o Congresso pela falta de iniciativas dessas instituições a respeito do tema.

Moro, responsável por ações e inquéritos da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, proferiu palestra e foi entrevistado na nona edição do Fórum Aner, organizado pela Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), nesta segunda (23).

Moro afirmou que a operação mostrou um quadro de corrupção "sistêmica, profunda e penetrante" e que as autoridades federais ainda não deram resposta adequada para o problema no país.

"Apesar dessas revelações e de todo o impacto desse pro-

cesso, não tivemos respostas institucionais relevantes por parte do nosso Congresso e por parte do nosso governo."

Para o juiz, não serão ele, a Lava Jato ou o mensalão que acabarão com a corrupção no país, mas sim "o que nós, como cidadãos, vamos fazer a partir de agora".

### PROPOSTAS

Questionado sobre quais medidas poderiam ter sido tomadas pelas autoridades, Moro respondeu que é preciso "mudar o quadro institucional" para que processos com crimes complexos cheguem ao fim em tempo razoável.

"A Associação dos Juizes Federais apresentou um projeto nesse sentido, não sei se vai ser aprovado pelo Congresso. O Ministério Público tem uma campanha importante com dez medidas contra a corrupção. Ainda não apresentou ao Congresso pois está colhendo assinaturas."

"O próprio Congresso e o governo deveriam tomar medidas relevantes nessa área, e, até esse momento, estão ausentes", enumerou.

O projeto de lei citado por Moro prevê a prisão de condenados por crimes graves após as decisões de segunda ins-

tância ou júri. Atualmente, sentenciados podem recorrer em liberdade até serem julgados por tribunais superiores.

Já a campanha do Ministério Público, criada pelos procuradores da República que integram a força-tarefa da Lava Jato, prevê medidas como agilizar o andamento de ações de improbidade administrativa e o aumento de penas para corrupção envolvendo altos valores.

### PUBLICIDADE

Em sua palestra, Moro também defendeu sua conduta de tornar públicos os andamentos da Lava Jato, sob o argumento de que a própria Constituição estabelece a publicidade dos atos judiciais.

"A democracia e a liberdade demandam que as coisas públicas sejam tratadas em público", afirmou.

Em entrevista ao presidente da Aner, Frederic Kachar, Moro disse ainda ser favorável ao atual sistema de ingresso na magistratura por meio de concursos públicos.

**CONTINUA**



**24 NOV 2015**

# **FOLHA DE S. PAULO**

## **CONTINUAÇÃO**

**“** Precisamos de uma melhora das instituições [para acabar com a corrupção], e eu não vejo isso acontecer. Em iniciativas mais gerais contra a corrupção existe um deserto. A Operação Lava Jato, nessa perspectiva, parece uma voz pregando no deserto

**SERGIO MORO**  
juiz federal

# FOLHA DE S. PAULO

## Juiz critica nova Lei de Direito de Resposta

24 NOV 2015

O juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, criticou a nova Lei de Direito de Resposta, legislação recém-sancionada que estabelece um rito especial na Justiça para contestar publicações dos órgãos de imprensa. Ele disse que o texto legal pode ser usado como instrumento de censura.

Moro foi indagado sobre o tema em entrevista concedida ao presidente da Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas), Frederic Kachar, diretor-geral do Infoglobo e da Editora Globo, durante a nona edição do "Fórum Aner de Revistas", nesta segunda (23), em São Paulo.

O magistrado lembrou que o direito de resposta está previsto na Constituição e que "não é um problema em si". Mas fez uma ressalva: "existe a questão de como assegurar esse direito sem que ele possa ser utilizado como mecanismo de censura".

Para o juiz, o novo texto legal traz riscos à liberdade de expressão e de imprensa.

"Achei que a lei ficou vaga demais. A forma, o procedimento e a vagueza da lei em não estabelecer as hipóteses em que esse direito pode ser exercido acabam possibilitando que ela seja utilizada como instrumento de censura", disse.

"É possível que na interpretação e aplicação da lei possamos ter uma devida delimitação do seu alcance", afirmou o juiz.

Ao final do evento, Moro explicou que agora a nova legislação "pode ser corrigida pelo Congresso ou pelos tribunais". (FF)

24 NOV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## MÔNICA BERGAMO

### **TOGA PAULISTA**

O IDP (Instituto Brasileiro de Direito Público), que tem entre os sócios o ministro Gilmar Mendes, abrirá unidade em São Paulo em 2016. As inscrições para o primeiro vestibular da escola, que oferecerá cursos de graduação e especialização, serão feitas em fevereiro.

### **TRIBUNAL ESCOLAR**

Entre os professores do IDP paulista estarão, além de Mendes, os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki e Dias Toffoli e advogados como Sergio Bermudes e Arnaldo Wald.

### **CAMINHO CERTO**

Caiu o número de caminhoneiros que relatam ter feito sexo pago com menores de 18 anos, segundo pesquisa que a Childhood Brasil divulga hoje. Entre os entrevistados, 87,3% disseram que nunca fizeram programas com crianças ou adolescentes — a taxa era de 82,1% em 2010 e de 63,2% em 2005.

### **CAMINHO ERRADO**

Os motivos para não sair com menores são a percepção de que é errado e a posição contrária à prática. As regiões onde há mais exploração de crianças e adolescentes, de acordo com os motoristas, aparecem na mesma ordem dos levantamentos de 2010 e de 2005: Nordeste (79,2%), Norte (34,6%), Sudeste (10,2%), Sul (6,3%) e Centro-Oeste (5,8%).

## **PAINEL**

**Ecumênico** Sergio Moro, juiz da Lava Jato, foi homenageado neste domingo por líderes religiosos de Maringá (PR), sua cidade natal. O ato aconteceu na Arquidiocese do município paranaense e reuniu católicos, evangélicos, espíritas e umbandistas.

24 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO VOLDEMORT

## Luiz Abi nega ser dono de oficina acusada de fraude

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI

O empresário Luiz Abi Antoun, primo distante do governador Beto Richa (PSDB), e o mecânico Ismar Ieger prestaram na segunda-feira (23) depoimento na ação penal da Operação Voldemort, que investigou fraude na contratação da Oficina Providence, vencedora de uma licitação para consertar os veículos do governo do Paraná na região de Londrina. Ieger, dono oficial da oficina, negou que Abi seja o verdadeiro proprietário da mecânica, como acusa o Ministério Público (MP). E Abi confirmou essa versão.

Ieger negou ainda ter fraudado a licitação, disse que já foi “condenado” pela imprensa e reclamou do MP. “Você vê umas mentiras que falam na mídia. Fui condenado por acusações mentirosas.”

Ele disse que começou a oficina com o capital próprio e conseguiu trazer clientes de mecânicas nas quais havia trabalhado antes. No entanto, como não tinha dinheiro suficiente para comprar alguns equipamentos de trabalho, como elevadores usados para o conserto de veículos, resolveu pedir ajuda a Abi. Já o empresário afirmou que ajudou Ieger logo que a oficina foi instalada, pois tinha interesse em receber o aluguel pelo barracão onde funciona a Providence, que é de sua propriedade. As ferramentas, disse Abi, também foram alugadas.

Abi afirmou que Ieger o procurou e pediu se ele poderia “ajudar no início com os ferramentais, tipo elevador”. E completou: “Falei: ‘Olha posso ajudar’”. O empresário negou, porém, que participasse da administração da oficina. “Quando começou a funcionar a oficina, teve essa ajuda financeira na parte dos ferramentais.”

Sobre as câmeras instaladas na oficina, cujas imagens podiam ser acessadas por Abi — um dos argumentos usados pelo MP para sustentar a tese de que Abi controlava o estabelecimento —, o empresário disse que todos os seus imóveis têm monitoramento por imagens e atribuiu a vigilância na oficina aos atrasos no pagamento dos aluguéis. “Logo que ele começou a atrasar o pagamento do aluguel, achei que era uma forma de ver o fluxo da oficina.”



Luiz Abi chega para depor na 3ª Vara Criminal de Londrina.

24 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO QUADRO NEGRO

## **Punição para construtora responsável por obras em escolas fica para 2016**

| Catarina Scortecci

**I** Envolver na Operação Quadro Negro, a empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais deve receber alguma penalidade do governo do Paraná apenas no ano que vem. No Diário Oficial do Executivo do último dia 19, foi publicada uma resolução conjunta da Secretaria de Educação e da Procuradoria-Geral do Estado na qual fica estabelecido um prazo maior — mais 60 dias — para a conclusão dos trabalhos do primeiro PAAR (Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade) aberto contra a empresa, em 18 de agosto.

A abertura do processo administrativo é uma das consequências de uma auditoria iniciada em maio pela Secretaria de Educação e que ainda está em curso na pasta. A auditoria apura irregularidades em contratos de construção e reforma de escolas estaduais e não tem prazo para terminar.

Entre 2011 e 2014, a Valor Construtora firmou dez contratos com a Secretaria de Educação, no valor total de cerca de R\$ 30 milhões, entre

verbas dos governos estadual e federal. A maioria dos contratos não estava sendo executado, mas falsas medições das obras permitiram pagamentos à empresa.

O escândalo de corrupção veio à tona em junho, quando a Seed admitiu ter aberto em maio uma auditoria para apurar o caso. Em julho, o Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce), da Polícia Civil, deflagrou uma operação — batizada de Quadro Negro — que levou para a prisão quatro representantes da construtora e também o ex-diretor da Seed Maurício Fanini. Uma segunda operação do Nurce ocorreu em setembro com o objetivo de apreender bens do empresário Eduardo Lopes de Souza, à frente da construtora. O inquérito ainda está em andamento. Tanto Fanini quanto o empresário negam ter cometido irregularidades.

As penalidades máximas previstas para uma empresa dentro de um PAAR são multa e declaração de inidoneidade. O processo administrativo recentemente prorrogado trata, especificamente, de cinco contratos da Valor Construtora.

Mais de 20 pessoas foram ouvidas no processo administrativo, mas a perícia de engenharia ainda está pendente, daí a necessidade de prorrogação dos trabalhos. O dono da Valor Construtora, Eduardo Lopes de Souza, não apareceu para prestar esclarecimentos.

Os outros cinco contratos feitos entre a construtora e a pasta também devem virar um PAAR em breve.

24 NOV 2015

GAZETA DO POVO

# PGR tenta reverter no STF o fatiamento da Lava Jato

**SEM DATA**

A 2ª Turma do STF – formada pelos ministros Dias Toffoli, Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, além do próprio Teori Zavascki – ainda não tem data para analisar o recurso da PGR.

2ª Turma do Supremo deve julgar recurso para derrubar decisão de Teori Zavascki que remeteu o caso da Eletronuclear para o Rio de Janeiro

| *Kelli Kadanus, com agências*

A competência para julgamento dos casos desmembrados da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, deve voltar a ser discutida nos próximos dias no Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, a 2ª Turma do STF deve decidir se aceita um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR) para derrubar o fatiamento das investigações.

Em setembro, os ministros decidiram que casos que não tenham relação direta com a Petrobras não devem ser conduzidos pelo juiz federal Sérgio Moro, em Curitiba. As irregularidades da Eletronuclear, por exemplo, foram remetidas ao Rio de Janeiro, enquanto as investigações referentes aos contratos da Consist com o Ministério do Planejamento ficaram em São Paulo.

O pedido da PGR visa a anular a decisão de Zavascki

que desmembrou as investigações na Eletronuclear. A justificativa é a existência de provas, pessoas, empresas e partidos agindo em uma mesma sistemática criminosa nas obras da usina nuclear Angra 3 e nos esquemas de corrupção na Petrobras, tendo como destinatários de propinas o PT e o PMDB.

O caso atualmente está sob responsabilidade do juiz federal Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Bretas esteve em Curitiba recentemente para conversar com Moro sobre o andamento dos processos da Lava Jato.

Em um evento do qual participou na segunda-feira (23), o ministro Gilmar Mendes disse esperar que o STF reveja a decisão que “fatiou” os processos. “Acho que não foi uma boa decisão, a melhor decisão. (...) Espero que o STF tenha a oportunidade de rever.”

## Discussão

A discussão referente à competência para julgar os casos da Lava Jato é antiga. Já no início da operação, os advogados alegavam que o caso não deveria ficar nas mãos de Moro, em Curitiba, já que a sede da Petrobras fica no Rio. O entendimento de Moro, porém, é que as investigações tiveram início em Londrina, no interior do Paraná.

“A competência é da 13ª Vara Federal de Curitiba pela conexão e continência óbvia

entre todos os crimes e porque este Juízo tornou-se preventivo em vista da origem da investigação, lavagem consumada em Londrina”, alega Moro em um de seus despachos.

A operação teve início quando os investigadores começaram a monitorar as atividades da empresa Dunel, em Londrina, que era usada pelo ex-deputado José Janene (morto em 2010) para lavar dinheiro. A partir dessa investigação, a força-tarefa chegou ao Posto da Torre, em Brasília, que pertencia ao doleiro Carlos Habib Chater. E a apuração das irregularidades no posto levaram à descoberta da participação do doleiro Alberto Youssef e outros personagens no caso, desvendando o esquema de corrupção na Petrobras e em outras estatais.

## Casuísmo

Apesar de ter questionado a competência de Moro no início da operação, o advogado Antônio Figueiredo Basto, que defende diversos réus da operação, diz acreditar que a tentativa de retirar os processos que não envolvem a Petrobras das mãos de Moro a essa altura pode se tratar de “casuismo”. “A organização criminosa é a mesma. O fato de estar fragmentado em outros órgãos e em outros níveis de governo pouco importa”, afirma Basto.

**CONTINUA**

24 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### "Lava Jato é voz pregando no deserto", afirma Sergio Moro

SÃO PAULO  
Das agências

O juiz federal Sergio Moro, responsável pelas ações da Lava Jato na 1.<sup>a</sup> instância, disse na segunda-feira (23) que a operação que investiga o esquema de corrupção na Petrobras parece "uma voz pregando no deserto" em relação ao combate à corrupção no país. Ele disse ainda estar decepcionado com o governo e o Congresso pela falta de iniciativas para combater a corrupção.

As declarações de Moro foram dadas durante o IX Fó-

rum da Associação Nacional de Editores de Revista, em São Paulo.

Moro também criticou a nova Lei do Direito de Resposta, proposta pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) e aprovada recentemente no Congresso. Ele disse que a lei, da forma como passou, ficou vaga ao classificar quem seriam os "ofendidos" que teriam o direito à retratação.

"A minha crítica não é contra o direito de resposta em si. Isso é assegurado constitucionalmente e, em princípio, amplia o debate", afirmou o juiz da Lava Jato. "Mas a forma, o procedimento, a vagueza da lei em não estabelecer as hipóteses em que esse direito deve ser exercido acabam possibilitando que ela [a lei] seja usada como instrumento de censura." Para Moro, a lei deveria ser mais clara.

### ENVOLVIMENTO NA LAVA JATO

#### Corrêa perde benefício do mensalão; Dirceu pode ser o próximo

BRASÍLIA  
Das agências

Depois de ser condenado a mais de 20 anos de prisão por crimes na Operação Lava Jato, o ex-deputado federal Pedro Corrêa perdeu o direito a cumprir em regime semiaberto a pena de sete anos e dois meses a que havia sido sentenciado pelo esquema de corrupção do mensalão. Ele também perdeu os dias que haviam sido descontados de sua pena. A decisão é do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que atendeu a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para a regressão do regime prisi-

onal. Janot argumenta que o ex-deputado, com sua participação no esquema da Lava Jato, continuou a cometer crimes mesmo após ser condenado pelo mensalão. Outra alegação é que a "prática de fato definido como crime doloso no curso da execução penal, já reconhecida em sentença, acarreta a regressão de regime". Além de Corrêa, o ex-ministro José Dirceu é outro condenado pelo mensalão que pode perder o benefício em função de seu envolvimento no caso de corrupção da Petrobras. A Justiça Federal do Paraná recebeu ordem do STF para ouvir Dirceu sobre o pedido da Procuradoria-Geral da República de enviá-lo para cumprir pena em regime fechado. Condenado no mensalão a 7 anos e 11 meses em regime semiaberto, Dirceu havia progredido para o regime aberto.

24 NOV 2015

GAZETA DO POVO

MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES

# “Abri mão de toda vida pessoal”



Biofarmacêutica batiza lei contra violência doméstica.

Naiadv Plva

## ENTREVISTA

Maria da Penha Maia Fernandes

**H**á quase uma década, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes entrou para a história ao batizar a lei que visa a combater a violência doméstica contra a mulher. Nove anos depois, a ativista conta que “abriu mão” de sua vida pessoal em razão do assédio. “A gente não sabe o que passa na cabeça de um homem revoltado porque foi preso por uma lei que leva meu nome.” Por outro lado, a recompensa é saber que “outras mulheres estão sendo felizes” graças a sua luta.

Em Curitiba para a 1.ª Jornada Nacional Mulher Viver Sem Violência, a ativista falou com a imprensa sobre as políticas públicas

de enfrentamento à violência. Veja os principais trechos da entrevista:

**O que mudou na sua vida após a aprovação da lei Maria da Penha?**

Foi um divisor de águas. Fico feliz em saber que estou contribuindo com a mudança da mentalidade das pessoas. Para a reflexão dos homens, também, porque muitos foram educados de maneira violenta. Eu acho que no momento em que o homem percebe estar fazendo com a mulher dele o que foi feito com a sua mãe, ele pode se sensibilizar. Interromper essa cultura.

**Em alguns momentos você deve abrir mão da sua vida pessoal.**

É verdade, eu abri mão de toda a minha vida pessoal. Eu não tenho mais vida pessoal. Não posso ir ao supermercado, ir ao shopping, porque o assédio é grande. Porque sei que,

enquanto as mulheres me amam, muitos homens me odeiam. E não posso me expor. É um cuidado muito grande que as pessoas da minha família e dos movimentos têm. Porque a gente não sabe o que passa na cabeça de um homem revoltado porque foi preso por uma lei que leva meu nome.

**Por que há cada vez mais casos de violência doméstica no Brasil? E o que falta ser feito para eles diminuírem?**

Eu acredito que as mulheres que se apropriaram da lei estão denunciando mais. Mas o que me preocupa são os assassinatos. [Ocorrem] porque não existe política pública? Não tem onde ela procurar ajuda? Ou porque [a política pública] não está sendo bem feita? Esta mulher denunciou e não foi protegida como deveria?

**CONTINUA**



24 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**É válida a crítica de que hoje a lei foca muito no aspecto criminal e pouco no educativo?**

A lei foi criada há dez anos, mas antes disso, quando houve a condenação do Brasil pela OEA [que responsabilizou o Estado brasileiro por negligência no combate à violência doméstica, em 2001], tinha recomendações de fazer mudanças legislativas e [também] existia uma de investir na educação em todos os níveis para que a criança já encarasse o respeito ao outro, para que o menino encarasse o respeito à mulher. Isso não foi devidamente colocado no currículo escolar. Uma coisa muito positiva foi a prova do Enem. Aqui e acolá já estão investindo no enfrentamento à violência doméstica.

**Há também a lei do feminicídio.**

Que veio a ajudar, a mostrar que um crime desses é um crime muito mais grave do que um crime que aconteceu na rua, como o de homens que são assassinados na rua por brigas. É a mulher assassinada dentro de casa por quem deveria protegê-la. Claro que tem que ter [a lei do] feminicídio, esse homem tem que pegar uma pena maior, ser penalizado.

24 NOV 2015

» CURITIBA GAZETA DO POVO

## Mulheres são agredidas por serem muçulmanas



Muçulmanas revelaram episódios à imprensa ontem.

**“Os casos estão se tornando numerosos contra mulheres porque são facilmente identificadas. Vamos denunciar todos os episódios.”**

Omar Nasser Filho, porta-voz da Sociedade Beneficente Muçulmana.

Diego Ribeiro

▮ Duas mulheres foram vítimas de agressões em Curitiba na semana passada por serem muçulmanas. Uma delas, Luciana Velloso, de 33 anos, foi apedrejada. Um homem a atingiu com uma pedra em uma calçada, no bairro Jardim Botânico, na última sexta-feira (20). Paula Zahra, de 34 anos, recebeu uma cusparada após ser xingada, na Avenida Sete de Setembro. Os casos foram divulgados por elas, na tarde de segunda-feira (23), em uma entrevista à imprensa na Mesquita Imam Ali Ibn Abi Tálib, no centro da capital.

As duas contaram que a islamofobia aumentou após os atentados em Paris, no dia 13 de novembro. “Antes [as agressões] eram só constrangedoras, agora são amedron-

tadoras”, disse Luciana, após relatar o que aconteceu. Segundo ela, quando retornava da região central de Curitiba para o Jardim Botânico, onde mora, passou por um senhor, que aparentemente estava acompanhado da neta.

“Ele passou por mim, pegou uma pedra e atirou na minha perna. Eu não entendi direito o que ele falou. Fiquei assustada, nervosa e saí correndo”, disse. Um dia antes de Luciana ser vítima da agressão, Paula caminhava na calçada da Avenida Sete de Setembro quando um passageiro de ônibus botou a cabeça para fora da janela e passou a xingá-la e a cuspir em sua direção.

“Vou ter que tirar o meu véu para poder andar na rua? Meu filho não pode ir à escola porque me chamam de mulher bomba pra ele”, lamentou Paula, indignada. Segun-

do ela, seu filho sempre precisa faltar às aulas quando ocorrem atentados ao redor do mundo, porque os colegas confundem os terroristas com muçulmanos.

Segundo o porta-voz da Sociedade Beneficente Muçulmana, Omar Nasser Filho, que tem dado suporte às vítimas, os episódios serão levados à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB e ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. A Sociedade também encaminhará as duas mulheres para registrar boletim de ocorrência.

### Correntes

Dentro da comunidade islâmica, há duas vertentes majoritárias, os sunitas e os xiitas. Os terroristas do Estado Islâmico se definem como grupo sunita, da vertente wahabita. Essa corrente sunita é a minoria no mundo e mais comum na região de Riad, na Arábia Saudita, e agora também entre os radicais em Raqqa, no norte da Síria e em Mossul, no norte do Iraque.

24 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

## **Violência seguirá em alta no Brasil, diz estudo do Ipea**

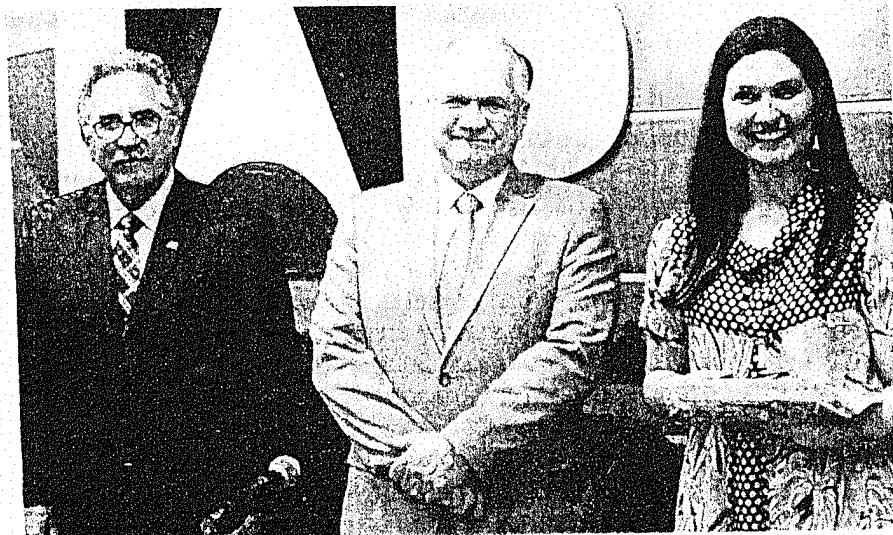
• Até 2023, a tendência é de que o Brasil continue tendo altas taxas de violência, acompanhada do endurecimento da legislação penal, do aumento da população carcerária e do monitoramento eletrônico, da expansão do tráfico e da manutenção da política antidrogas atual. A criminalidade no interior do país também deverá continuar crescendo, assim como a ação de organizações e facções criminosas no Brasil. Essas são algumas das conclusões do estudo "Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo", divulgado na segunda-feira (23) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O estudo também conclui que o Brasil continuará sendo um país de jovens, com elevada desigualdade social e fácil acesso a armas de fogo. Outra tendência é de que tenha continuidade a ampla divulgação de ocorrências criminais, acompanhada de alta sensação de insegurança.

24 NOV 2015

# GAZETA DO POVO

BESSA



O ministro do STF, Luiz Edson Fachin (ao centro), veio prestigiar a posse de sua filha Melina Girardi Fachin no Instituto dos Advogados do Paraná, ao qual também é filiado. Os novos membros foram saúdaos pelo presidente do IAP José Lucio Glomb (à esq.).

### **Desodorante intelectual**

"Precisamos de mais inteligência e menos sudorese legislativa". A frase, dita pelo ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, arrancou gargalhadas da plateia que assistia sua palestra com o tema "Federalismo cooperativo na Constituição brasileira e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal", sexta-feira passada, na sede do Instituto dos Advogados do Paraná, em Curitiba. O ministro veio para a posse de sua filha Melina Girardi Fachin no IAP.

# BEMPARANÁ 24 NOV 2015

## Direito de resposta

### Juiz Sérgio Moro vê risco de censura

O juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações da Lava Jato, comentou ontem, sobre a lei do Direito de Resposta, aprovada recentemente no Congresso e disse que a legislação, da forma como passou, ficou vaga.

“Minha crítica não é contra o direito de resposta em si. Mas a forma, o procedimento, a vagueza da lei em não estabelecer as hipóteses em que esse direito deve ser exercido acabam possibilitando que ela seja usada como instrumento de censura”, afirmou o magistrado.

Para ele, a legislação deveria ser mais clara ao estabelecer em quais casos em que a pessoa que se sentir atingida por uma reportagem deve ter o direito de resposta no veículo tal qual prevê a lei. “Podem até ter sido boas intenções na formulação, ela (Lei do Direito de Resposta) ficou vaga demais. Ofendido em qualquer circunstância? Mesmo se o fato for verídico? Mesmo se o fato for informado com base em informações devidamente com aquele razoável cuidado pelo órgão de imprensa?”, questionou.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Moro diz que Lava Jato “prega no deserto”

O juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância da Justiça Federal, disse que a operação “é uma voz pregando no deserto”. A afirmação foi feita no fim da tarde de ontem (23) durante o Fórum Aner (Associação Nacional dos Editores de Revistas) de Revistas 2015, ocorrido no Hotel

Renaissance, em São Paulo. Segundo ele, a Lava Jato, que ainda está em andamento, mostrou “indícios de corrupção sistêmica, profunda e penetrante no âmbito da administração pública” do país e, apesar disso, de acordo com Sérgio Moro, não houve respostas “institucionais” diante da insatisfação popular contra a corrupção. ■

#### Regime fechado

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, determinou que o ex-deputado federal Pedro Corrêa passe a cumprir pena em regime fechado no processo do mensalão do PT em razão da condenação que obteve na Operação Lava Jato. Corrêa está em prisão preventiva pela Lava Jato, no Paraná, desde abril deste ano. Entre o fim de 2013 e a prisão na Lava Jato, ele cumpria regime semiaberto pelo mensalão, em que foi condenado a 7 anos e 2 meses pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

24 NOV 2015

## TRIBUNA DO PARANÁ

### NA ONDA DA POLÊMICA

**A** Câmara de Curitiba entrou na onda da discussão sobre a legalidade de tentar barrar pessoas com tatuagens em concursos públicos. Um projeto de lei proíbe as instituições públicas municipais de colocarem cláusulas proibindo pessoas tatuadas de serem contratadas. A discussão voltou à tona depois que o Supremo Tribunal Federal anunciou no mês passado que vai decidir sobre a constitucionalidade desse tipo de cláusula proibitiva. Vários tribunais do país já decidiram que proibir pessoas com tatuagens de ocuparem postos públicos não é permissível. Se o STF decidir antes da votação do projeto, no entanto, a lei será absolutamente inócua, já que o caso estará decidido.

### INDENIZAÇÃO

A União foi condenada a indenizar em R\$ 50 mil por danos morais um morador de Colombo, no Paraná, que, após receber a vacina contra o H1N1, em abril de 2010, desenvolveu doença renal grave e faz, até hoje, hemodiálise. O caso foi julgado na semana passada pela 3.<sup>a</sup> Turma do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF4). O homem apresentou sintomas três dias depois de ser vacinado. Ele teve aceleração dos batimentos cardíacos, suor exagerado, edemas pelo corpo e tontura, precisando ser hospitalizado. O diagnóstico foi de doença renal em estágio final.

**23 NOV 2015**

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

# **Escola privada não pode cobrar mais de aluno deficiente, diz Fachin**

Escolas particulares devem promover a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular e instituir as medidas de adaptação necessárias, sem que ônus financeiro seja repassado às mensalidades, anuidades e matrículas. Com esse entendimento, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu medida cautelar na Ação de Inconstitucionalidade 5.357, ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) contra dispositivos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) que tratam de obrigações dirigidas às escolas privadas. A decisão será submetida ao Plenário do STF.

A Confederação requeria a suspensão da eficácia do parágrafo primeiro do artigo 28 e caput do artigo 30 da norma, que estabelecem a obrigatoriedade de as entidades acolherem deficientes sem cobrar a mais por isso.

## Liminar suspende portaria de delegacia que limitava acesso de advogados

O advogado é indispensável à Justiça e tem entre suas prerrogativas o acesso ao cliente em qualquer repartição pública, inclusive delegacias, independentemente do horário, do tempo de duração do atendimento e de forma reservada, conforme previsto no Estatuto da Advocacia. Com esse argumento o juiz José Domingues Filho, da 6ª Vara Cível de Dourados, concedeu liminar para suspender a Portaria 1/2015 da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Dourados

A regra limitava o atendimento de advogados a clientes dentro da delegacia, estipulando dias e horários em que era permitido o acesso de advogados. Além disso, a norma estabelecia que era necessária a presença de um policial acompanhando a visita.

Ao justificar a norma, o delegado responsável pela portaria alegou que “a segurança deste tipo de estabelecimento está intimamente ligada à existência de regras rígidas para os detentos e, também, para os frequentadores, incluídos os advogados, que necessitam de

tranquilidade e segurança para o desenvolvimento da atividade”.

A subseção de Dourados da Ordem dos Advogados do Brasil do Mato Grosso do Sul ingressou com mandado de segurança coletivo alegando que a portaria viola as prerrogativas dos advogados, previstas no Estatuto da Advocacia.

Ao analisar o pedido de liminar o juiz deu razão aos advogados e suspendeu a portaria para garantir “a todos os advogados o direito, independentemente de horário, de dia da semana, da presença dos titulares, de prazo pré-estabelecido comunicar-se, pessoal e reservadamente, e ter acessos àqueles que se encontram encarcerados na 1ª Delegacia de Polícia de Dourados, conforme disciplina a Lei 8.906/94”.

Ao justificar sua decisão, o juiz entendeu a portaria viola expressamente as prerrogativas de livre acesso do advogado ao cliente e que a liminar é necessária pois, por estar em vigor, a portaria causa prejuízos imediatos na atuação do advogado, bem como à do direito do preso.

### ● DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os Bancos deverão em 15 dias transferir os depósitos judiciais aos Estados e Municípios. Os Senadores e Deputados derrubaram o Veto da Presidente Dilma Rousseff para que 70% do dinheiro referente aos depósitos judiciais e administrativos estejam disponíveis. É um bom dinheiro que irrigará a economia. É melhor do que ficar aplicado em títulos do tesouro nacional.